Compartimentos quilombolas e a luta por direitos no estado do Paraná (Brasil)

Clayton Silva
claytonluizdasilva@yahoo.com.br

Resumo

Os quilombos hoje ilustram muito bem como a construção da modernidade sobre o território brasileiro implica profundos conflitos socioterritoriais. Embora as variáveis-chave a mover a modernização capitalista ganhem especificidades nos distintos lugares, nota-se um algo em comum, que se refere especialmente ao aprofundamento das desigualdades regionais e intrarregionais no atual processo de modernização do centro-sul paranaense, cuja variável-chave, a saber, a modernização agrícola, tem como corolário o aprofundamento da desigualdade social. Busca-se contextualizar o conflito vivido pelo grupo quilombola Invernada Paiol de Telhas, que exemplifica como os grupos sociais subalternizados são afrontados pela modernização imposta pela globalização econômica. Nosso trabalho consistiu em desenvolver um esquema de análise que permita entender como a modernização do território reverbera nos lugares interesses corporativos que são articulados aos das elites econômicas locais e regionais, terminando por impor uma *ordem espacial hegemônica*.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: quilombos, cidadania, conflitos socioterritoriais, Paraná, subalternos, modernização do território.

Introdução

Com o presente texto, procuramos argumentar como a construção da modernidade sobre o território brasileiro é permeada de conflitos socioespaciais. A pesquisa que nos move a escrevê-lo tem como problemática de fundo o estudo do uso do território por grupos sociais subalternizados, que afetados pela modernização capitalista passam a viver uma verdadeira *vida de relações* (SANTOS, 1996), que impõe ao seu fazer cotidiano novos elementos alienígenas, estranhos ao seu lugar de convívio e morada. Tais novos elementos compreendem o que chamamos de *vetores de modernização* (SILVA, 2010), que em diferentes etapas históricas articulam os lugares segundo interesses comandados pela lógica do lucro, da competição e da acumulação, que terminam, apoiados por elites político-econômicas locais e regionais, por construir todo tipo de alienação (SILVA, 2006).

Iniciamos nossa análise pelo processo de ocupação e formação territorial do sudoeste paranaense, recortando espaço-temporalmente os eventos significativos para explicar o atual contexto socioespacial, materializado pela modernização agrícola. Último vetor de modernização por nós identificado, e principal variável a mover a *situação geográfica* (SILVEIRA, 1999) em curso, ela consolida um conjunto de fatores geográficos, políticos e econômicos que cria lado a lado riqueza e pobreza. Por um lado, assistimos a criação de grandes transformações espaciais no campo e na cidade que dão conteúdo ao desenvolvimento econômico regional, mas que se dão, indissociável e concomitantemente, com a produção de um conjunto de mazelas sociais, vistas no empobrecimento no campo e na cidade, no desmantelamento de formas sociais únicas (representadas nos faxinais, fundos de pasto, quilombos, ilhéus, etc.), que comprovam a validade da tese de que o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos se dá paralelamente à produção da pobreza, sendo o planejamento (público e privado) parte desse mecanismo, em que as *formas espaciais* comparecem como elemento importante (SANTOS, 2003 [1979]).

Como recorte empírico, tratamos de tentar entender como os sujeitos subalternizados se organizam para fazer frente a esse processo. Neste sentido, os *compartimentos quilombolas* (SILVA, 2010) ilustram muito bem como a construção da modernidade sobre o território brasileiro implica profundos conflitos que colaboram para o aprofundamento das desigualdades regionais e intrarregionais. Quando observada a modernização do sudoeste paranaense, e mais recentemente seu desdobramento no centro-sul do estado, o que se verifica é que a sua expressão agrícola aprofunda as desigualdades sociais, a despeito de todo tipo de publicidade amplamente divulgada acerca da atual riqueza produzida no campo. Diante disto, nossa pesquisa procurou localizar o conflito vivido pelo grupo quilombola

Invernada Paiol de Telhas, em sua luta pelo reconhecimento territorial e busca por direitos. Este grupo exemplifica a atual trama vivificada em diferentes pontos do território brasileiro, onde grupos sociais, afrontados pela atualização imposta pela globalização econômica, procuram com sua luta política o reconhecimento e titulação de terras ancestrais, se constituindo, portanto, como interlocutores políticos junto ao Estado e demais agentes sociais, com vistas a garantir políticas públicas. Nosso trabalho consistiu em desenvolver um esquema de análise que permita entender como esta modernização do território nos lugares reverbera interesses distantes que, articulados com elites econômicas locais e regionais, termina por impor uma *ordem espacial hegemônica*. Procurou-se identificar no tempo os eventos significativos para o entendimento da problemática proposta, bem como aqueles que ajudam a entender o quadro geral onde se localiza este grupo quilombola frente a esse processo de modernização.

O que se constata, com base em nossas pesquisas, conversas com pesquisadores e nas leituras e reflexões feitas, é a construção de uma ordem espacial pouco afeita aos interesses emanados por este grupo social. Como exemplo mais visível desse processo de construção espacial, estão: o crescimento de algumas cidades (especialmente Guarapuava/PR), o deslocamento populacional compulsório (tipicamente visto como êxodo rural, mas que nos parece um processo mais profundo de mudanças vividas na divisão social e territorial do trabalho, resultantes da mecanização, tecnologização, cientifização e capitalização da produção no campo e modificação do papel das cidades), a introdução de grandes *plantations/commodities* de exportação (com a necessária transformação de escalas de produção, vistas na introdução da mecanização pesada, nos créditos específicos, no investimento em tecnologias novas, na reorganização produtiva, no reordenamento fundiário etc.).

Frente a essa ordem espacial monológica imposta sobre o território brasileiro, mesmo que ganhando nuances específicas nos distintos lugares que lhes dá abrigo, os grupos sociais subalternizados buscam revalorizar seu passado, fundamentalmente como estratégia de luta política. Para o caso dos quilombos paranaenses, vistos singularmente, sua constituição guarda as especificidades históricas da formação do estado do Paraná, observadas, obviamente, aquelas da inserção no sistema mundo da formação socioespacial brasileira em diferentes épocas do desenvolvimento do modo de produção capitalista. De todo modo, um "algo comum" perpassa a todos os grupos quilombolas, incluindo os paranaenses: o uso comunal da terra, as relações construídas ao longo do tempo com o lugar, as dificuldades de aceitação e convivência com a sociedade envolvente, a luta pela continuidade do grupo frente ao processo de modernização em diferentes épocas.

Soma-se a isso o próprio processo de *embranquecimento* da sociedade, deliberadamente tocado pelo Estado brasileiro principalmente no século XX, que associado ao quadro social deixado pelo período escravocrata, termina por deixar pouco espaço para grupos sociais descendentes de negros escravos.

A luta realizada pelos grupos quilombolas presentes no território brasileiro, em particular no estado do Paraná, demonstra a forma como os grupos subalternos agem com objetivo de permanecer na terra/área ancestral. Frente ao processo de modernização tocado pelo Estado brasileiro e pelo mercado, tais sujeitos têm conseguido visibilidade e conquistado direitos sociais. Vistas individualmente cada uma, podem ser identificadas variadas formas desta resistência, destacando a importância que tem o lugar na atual contemporaneidade. Grandes projetos, públicos e particulares, implicam sobre os lugares tradicionalmente ocupados, para os quais a modernização capitalista em curso significa uma profunda reorganização.

Apoiados na revalorização e ampliação de sua visibilidade, com vista à conquista de direitos, os quilombolas têm buscado o conhecimento sobre seu passado, reconhecendo, resgatando e recriando os referenciais que dão sentido de pertencimento ao lugar onde historicamente viveram seus antepassados. Apoiados na história feita no lugar constroem uma identidade de grupo, de pertencimento, com a criação/recriação de solidariedades que os fortalecem perante a sociedade envolvente, tendo mais força e apoio para lutar pelo pedaço de chão e pela dignidade que pode ser alcançada com o acesso às políticas públicas.

Os quilombos oficialmente reconhecidos no estado do Paraná foram certificados pela Fundação Palmares, órgão federal designado para esse fim. Por outro lado, destaca-se a importância que teve o grupo Clóvis Moura (grupo de trabalho criado há quase dez anos, para levantar informações sobre os quilombos paranaenses), que embora tenha sido formado por ato de uma política de governo reuniu um conjunto significativo de informações sobre os quilombos Paranaenses.

Juridicamente os quilombos paranaenses apresentam variadas situações quanto à existência ou não de títulos de propriedade. Verificam-se muitos problemas, fundamentalmente pela ausência de um marco jurídico federal (cabe à União, via Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, a desapropriação de terras no Brasil) que ajude a desobstruir os compartimentos quilombolas que encontra-se em situação de litígio. A presença de *terceiros* nas terras quilombolas é uma questão que ocorre em muitos quilombos, contribuindo para a dificuldade de manutenção desses grupos. Muitos estão em áreas devolutas, como posseiros antigos, portanto sem o devido título da terra.

Embora a política de reconhecimento dos compartimentos quilombolas no estado do Paraná tenha menos de uma década, é significativo seu número, contrariando a tese de que o trabalho negro escravo teve pouca presença no estado. Tais quilombos são uma herança viva do processo de formação territorial do espaço brasileiro, e mais especificamente paranaense. Constituem grupos que vivem em sua maioria em áreas rurais, com pouco ou nenhum apoio governamental, mas que têm conseguido visibilidade principalmente com sua luta política. Combater essa invisibilidade parece ser a principal meta dessa luta, que procura garantir, acima de tudo, a condição cidadã, num caminho que ainda muito tem que ser feito fundamentalmente pelo poder público. Para Santos (1987), comparecem para a efetiva participação cidadã as condições do espaço construído, de modo que o cidadão também vale pelo lugar que habita.

Localizar a problemática dos compartimentos quilombolas no processo de formação/ocupação do sudoeste paranaense parece fundamental para ampliar seu entendimento. Claro, os compartimentos quilombolas são parte desse processo, que incluem outros grupos sociais, mas nos parece fundamental fazer o resgate desse processo longo, onde solidariedades foram construídas e destruídas em função das "etapas" de modernização. Neste sentido emerge a necessidade de um enfoque abrangente.

A necessidade de um enfoque abrangente

Para Santos (1996), a categoria tempo tem uma importância primordial para os estudos geográficos, chegando este autor a propor que a História é um método para a Geografia. Neste sentido, observados os sucessivos eventos relativos a um dado problema de pesquisa, eles nos dariam maior precisão, conferindo maior rigor ao trabalho de pesquisa geográfica.

Para a pesquisa que dá sustentação ao presente texto, procuramos construir um esboço de matriz de periodização (Quadro 1), onde destacamos períodos de tempos que auxiliam na tarefa de entender os processos que culminam no atual quadro geográfico que conforma a região centro-sul paranaense.

Quadro 1 – Esboço de Periodização Sumária do Sudoeste Paranaense

1809	Expedição Real aos *Campos de Guarapuava.* Consequente abertura de um novo caminho para os tropeiros, caminho este alternativo ao conhecido *caminho de Viamão.*
1820/40	Abertura das Fazendas de Invernada.
1840 → 1920/40	Fermentada as relações que dão origem ao contexto prévio das ocupações "recentes" (apoiadas fundamentalmente pelo Estado brasileiro e pelo poder público paranaense, já no contexto da "*Marcha para o Oeste*", título da obra de Cassiano Ricardo, 1940).
1920/40 → 1950/1980	Entrada das madeireiras/colonização com mão de obra imigrante (caso dos Suábios do Danúbio/Distrito de Entre Rios, Guarapuava/Pr).
1960/70 → hoje	Modernização agrícola.

Organização do autor. Fontes: Schmidt, 2009, Silva, 2007 e Gomes, 2009.

O início do século XIX marca um *primeiro momento* da história territorial do sudoeste paranaense. O terceiro planalto aparece como uma nova possibilidade de caminho para os tropeiros, que até então utilizavam o tradicional *Caminho de Viamão*. Neste momento, as amplas pastagens naturais dos campos de Guarapuava se apresentavam como uma nova área de expansão territorial, que posteriormente sediariam as *fazendas de invernada*, para a criação de gado, que geraria uma efetiva ocupação do terceiro planalto paranaense. Tratam-se de ocupações realizadas fora do regime de sesmarias (1822-1850 Lei de Terras – vacância no que se refere às "posses"/livre apossamento), que nos permitiria abrir uma *hipótese de pesquisa*: os conflitos territoriais vividos ao longo do século XX teriam sua origem nesse livre apossamento. Tais terras devolutas seriam objeto de *grilagem* como discutido por Olinto e Stein (2009). Não foi objetivo trabalhar essa hipótese com nossa pesquisa, que se restringe a entender como a ocupação prévia do sudoeste paranaense nos ajuda a entender o processo de formação dos compartimentos quilombolas, mas nos parece um importante tema a ser discutido pela Geografia.

No século XIX, para o território brasileiro, se acentuam os movimentos de ocupação do "Oeste", iniciados ainda nos séculos XVI/XVII com as entradas e bandeiras paulistas. Esse movimento em direção ao interior do futuro território criou um conjunto de formas originais de usos e costumes, sobre os quais os

movimentos históricos posteriores iriam se superpor. Trata-se da construção de um *Brasil Profundo*, que resulta já do encontro do homem branco europeu, dos mais variados grupos indígenas e negros escravos/fugidos, em suma, uma sociodiversidade que constitui a origem do Povo Brasileiro, conforme definiu Darcy Ribeiro em várias de suas obras.

Observado o contexto do sudoeste paranaense, parece de suma importância entender as relações dessas ocupações prévias, ocorridas fora do regime das sesmarias, em suas especificidades no que se refere às reduções jesuíticas, às correrias e aprisionamento indígenas, à introdução e utilização de mão de obra negra escrava. Trata-se de um momento em que são criadas as primeiras estruturas sociais, sobre as quais se superpõem outras etapas da ocupação/modernização dessa porção do estado.

O desenrolar do século XIX assiste à (re)criação de um modo de viver, do qual participam indígenas, negros escravos, brancos vindos do primeiro e segundo planalto paranaenses, mas também do sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Posteriormente, o século XX assistiria a uma nova etapa de colonização, um *segundo momento*, com a entrada de imigrantes (Ucranianos, Poloneses, Italianos e Alemães, entre outros), que regionalmente, em distintas situações, passam a compor a trama de relações sociais quem assentam ao presente. O oeste deveria ser desbravado em seu "vazio" demográfico, a fim de efetivamente haver a integração do território brasileiro. Claro, não se trata de áreas vazias, mas de lugares onde já se criavam há quase dois séculos (pelo menos para o caso do sudoeste paranaense) os *liames* entre o novo e velho mundos, e onde há milênios grupos humanos organizavam um espaço regional e inter-regional, conforme os vestígios ainda hoje presentes do pouco conhecido *Caminho de Peabiru* e demais influências da cultura indígena representadas na toponímia regional.

O século XX ainda marca a entrada das madeireiras, um *terceiro momento* de modernização regional. As serrarias reorganizam essa ocupação pretérita, dando-lhe novo sentido econômico. Este período marca também profundas transformações no que se refere aos sistemas de mobilidade, principalmente com a chegada à Guarapuava/PR da estrada de ferro (em 1950), que dá a possibilidade de ampliação em direção ao terceiro planalto das serrarias/madeireiras, bem como o asfaltamento da BR-277 (em 1968), que amplia a mobilidade e os vetores externos a agir nesta porção do território paranaense. Outra *hipótese de pesquisa* seria aprofundar o debate em torno da modernização vivida neste período, sua repercussão espacial e a participação do Estado (enquanto produtor de políticas públicas e de ordenador do espaço), que estaria representado nas *famílias de poder*

(Mattos Leão, Carli, Silvestri, Krueger, Ribas, Camargo, entre outras), conforme conceito trabalhado por Silva (2007) vistas em seu papel de agentes econômicos e políticos.

A modernização agrícola é o *quarto momento* desse processo, quando também se modifica o papel das cidades, em função exatamente da transformação da produção, que requer delas o atendimento ao seu consumo (*consumo consultivo e produtivo*, conforme assinalado por Santos, 1998). As cidades são ainda o lócus, para onde se dirige uma população empobrecida, que deixa o campo e que nelas (principalmente as maiores, como Guarapuava/PR) encontram um abrigo, ampliando seu tamanho e consequentemente seus problemas. Destaca-se que essa modernização é violenta (violência estrutural), indicadas nas estatísticas de crimes no campo, já bem conhecidas e apontadas principalmente nos estudos sobre violência no campo no Brasil. Para o caso paranaense, ilustra bem essa situação o evento que ficou conhecido como "Guerrilha de Porecatu", quando ainda na década de 1950 posseiros se armaram para assegurarem a sua manutenção em terras devolutas, enfrentando o governo estadual e empresas de colonização.

A modernização em curso neste momento teve no Estado, mais uma vez, forte aliado. Tome-se como exemplo a criação da Embrapa Soja, em 1975, para atender este setor com pesquisa e tecnologia. Neste contexto, desta quarta vaga de modernização, que é analisado o processo de expropriação das terras do compartimento quilombola de Invernada Paiol de Telhas, mas é de se notar que trata-se de um grupo social que encontra no *Brasil Profundo*, aqui apenas esboçado em poucas linhas em nossa periodização sumária, seu lugar de formação e existência.

O lugar quilombola

Se for válida nossa discussão sobre a importância de ser compreendido o lugar quilombola a partir de seu contexto de formação, ganha força a necessidade de entendermos o passado como elemento a substantivar a discussão sobre os grupos sociais subalternizados. *O lugar do quilombola* é, neste sentido, um importante meio para a construção de sua resistência frente ao processo de modernização. Nesse cenário, o passado acionado pelos quilombolas, fonte de suas crenças, valores e práticas, mesmo que recriadas, se assenta no espaço herdado, como uma *rugosidade* (SANTOS, 1996 [1978], p. 137):

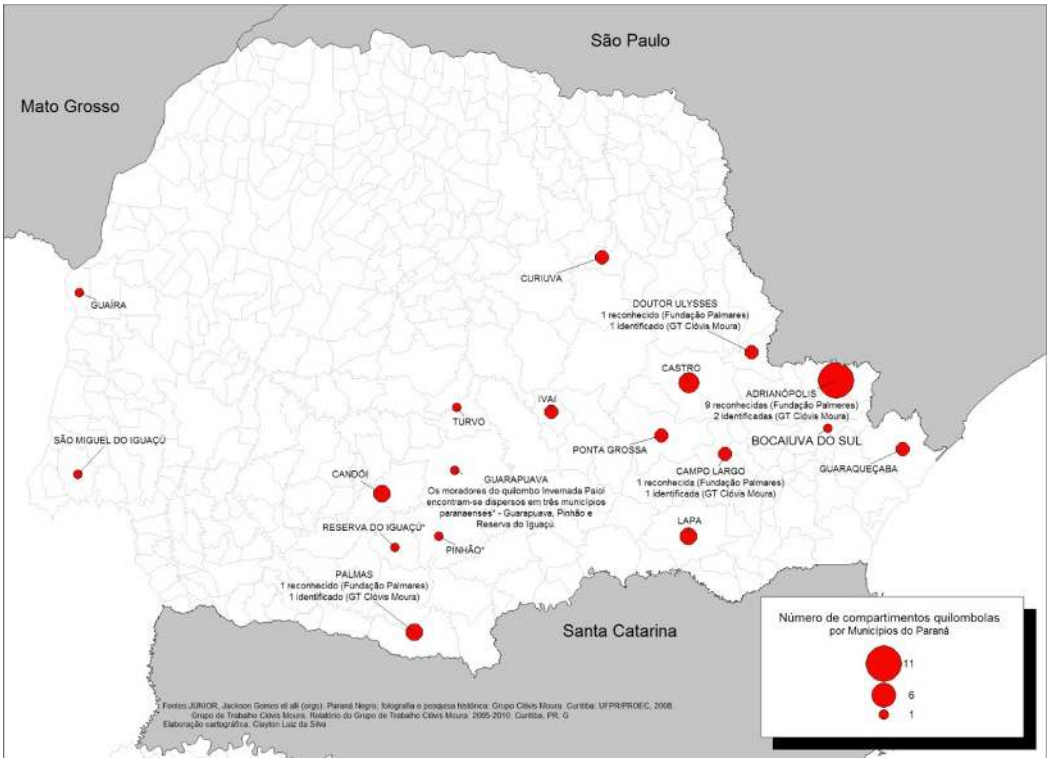
> são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A *práxis*, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico mas é também tributária das imposições espaciais.

Acionado no atual *período técnico-científico e informacional* (SANTOS, 1996), esse espaço herdado fornece meios de resistência frente a expansão do atual sistema técnico dominante, fonte e meio pelo qual os atuais agentes hegemônicos fazem impor aos lugares seus interesses, articulados ao atual acontecer mundial. Essa resistência pode ser entendida ainda como a criação de uma racionalidade contra-hegemônica, de direito à diferença, de busca pela sua manutenção frente à fragmentação imposta aos lugares. É neste sentido que o lugar (quilombola), com suas singularidades, emerge como elemento a constituir possibilidades de autonomias políticas, mesmo que o cenário seja de profundos conflitos, como vivido hoje pelo quilombo Invernada Paiol de Telhas.

Quilombos do Paraná

No estado do Paraná os quilombos (Mapa 1) estão presentes em Adrianópolis, com onze quilombos (João Surá, Porto Velho, Sete Barras, Córrego das Moças, São João, Córrego do Franco, Estreitinho, Três Canais, Bairro dos Roque e Tatupeva), originados em grande parte com negros fugidos que se estabeleceram em terras devolutas. Em Bocaiúva estão localizados os quilombos de Areia Branca e Palmital dos Pretos, formados por negros oriundos do Vale do Ribeira e de Ponta Grossa. São encontrados ainda nos municípios de Campo Largo, Lapa, Ponta Grossa, Castro, Doutor Ulysses, Arapoti, Curiúva, Tibagi, Ivaí, Turvo, Guarapuava, Candói e Palmas.

Mapa 1. Compartimentos Quilombolas no Estado do Paraná (2010).



A presença de quilombos em diferentes pontos do território paranaense demonstra a importância da participação da população negra no estado, anulando a tese da sua insipiente participação na formação espacial do Paraná, cuja posse das terras, guardadas suas especificidades, tem como marca a busca de abrigo frente à estrutura social escravocrata e racista do século XIX e que permanece posteriormente frente a introdução de significativos contingentes populacionais formados por "europeus tardios", que passam a ocupar no século XX amplas áreas organizadas pelo poder público e empresas de colonização.

Quilombo Invernada Paiol de Telhas

O quilombo Invernada Paiol de Telha tem um longo histórico de conflitos pela posse e permanência na área. Atualmente encontram-se divididos em quatro núcleos: sua população dispersa localiza-se nas periferias dos municípios de Guarapuava/PR e Pinhão/PR; no acampamento na beira da antiga fazenda Fundão (antiga propriedade dos quilombolas e alvo de disputa judicial para desapropriação da fazenda de propriedade da empresa Cooperativa Agrária Agroindustrial, grande produtora e exportadora de cereais); e num Assentamento de reforma agrária.

Sua origem remonta a doação das terras da Fazenda Fundão, feita por Dona Balbina em 1860 aos seus escravos libertos. No decorrer até 1960, quando os últimos moradores são expropriados das terras, seus descentes tiveram na área seu espaço de sociabilidade e de convívio. O processo de expropriação, juridicamente entendido como de venda justa, foi, segundo relatos de quilombolas mais velhos, extremamente violento, consoante com práticas tocadas no período de transição da economia madeireira e de introdução da agricultura moderna. A participação de jagunços, grileiros e pistoleiros deu a tônica da formação territorial recente, constituindo de certo modo a base na qual se deu a criação da atual ordenação fundiária concentrada. Segundo consta historicamente, os escravos nunca tiveram acesso à totalidade das terras herdadas, pois já naquele momento da doação, familiares da falecida antiga proprietária não deixaram que os negros tomassem posse da totalidade da área. Assim, desde o início esse grupo viveu uma conturbada questão territorial que foi aprofundada nos períodos recentes da modernização praticada com a entrada das serrarias e mais propriamente com a modernização agrícola.

O contexto da marcha para o oeste imprimiu sobre a vida de grupos, como o do quilombo Invernada Paiol de Telhas, profundas transformações, que culminaram na expulsão da terra, mesmo que lavrada em cartório como *venda justa*. Segundo seus moradores, na década de 1960 ocorreu a intimidação do grupo por homens armados, com a conivência do poder público. Vale mencionar que a ocupação do

terceiro planalto com atividades modernas, que dinamizassem sua economia "estagnada", foi objeto de políticas públicas, exemplificadas na realização dos primeiros planos diretores de Guarapuava pelo poder público em Curitiba, ou seja "de gabinete", distante dos problemas vividos regionalmente.

Tal processo de "venda justa" das terras da antiga fazenda Fundão faz com que os quilombolas dali se encontrem numa situação similar à que ocorre com outros quilombos presentes no território brasileiro, que também possuem parte ou a totalidade de suas terras na mão de terceiros (na forma principalmente de proprietários ou posseiros). Isso coloca esses grupos quilombolas numa situação muito desfavorável. Para que haja a titulação de suas terras é necessária a desapropriação da área, o que remete ao órgão federal competente (INCRA), num cenário que atualmente deixa pouca esperança de êxito. A questão da desapropriação de terras no Brasil, mesmo com fim social, é ainda um forte *tabu* a ser enfrentado pelos governos. A tradição histórica do Estado brasileiro se mostra pouco afeita a tais interesses, mesmo porque o modelo de desenvolvimento promovido pelos agentes promotores da modernização capitalista, cuja hegemonia foi construída também de dentro do Estado (neoliberal), tem sido acolhido como referência para o direcionamento das políticas públicas, que têm preconizado o modelo de uso mercantil da terra.

Atualmente os moradores da área do quilombo e seus descentes encontram-se dispersos em diferentes municípios (Guarapuava-PR, Pinhão-PR e Reserva do Iguaçu-PR), distribuídos em áreas urbanas (dos três municípios), num assentamento do INCRA (Guarapuava-PR) e num acampamento às margens do antigo espaço quilombola. O processo de desestruturação socioterritorial é digno de nota. A criação do Assentamento, fora da área original quilombola, de certo modo, nunca atendeu ao desejo original dos moradores, pois as antigas áreas, ainda cultivada na memória dos mais velhos, não podem ser recriadas, de modo que o deslocamento do grupo para o assentamento não supre a necessidade que representa estar na terra dos antepassados, onde os mais velhos *foram criados*. Recriar esse espaço simbólico é algo duro e difícil de ser feito, de modo que alguns moradores têm dificuldade em se identificar com o assentamento. Em parte isso explica o acampamento às margens da antiga área quilombola, realizado ainda no começo da década de noventa e onde vivem há mais de vinte anos parte do grupo em barracos improvisados, com grande dificuldade diária.

Dispersos ainda nas áreas urbanas, muitos descendentes veem os laços comunitários criados pelos antepassados serem quebrados pelos novos valores cultivados na vida citadina. Trata-se de um grupo que para sua continuidade tem de enfrentar profundas mudanças, que tendem a se agravam com tempo. Vista a

especificidade do grupo quilombola em questão, que atualmente se encontra fora de seu espaço ancestral, o que se percebe é a dificuldade em manter a unidade do grupo, fragmentado territorialmente, mas também socialmente quando observados os interesses das diferentes gerações. Embora exista ainda um forte interesse em conseguir as terras da antiga fazenda fundão, a vida cotidiana dos sujeitos quilombolas encontra-se estilhaçada em diferentes lugares, segundo diferentes ambições.

O próprio processo de dinâmica regional tem imprimido novos elementos aos problemas territoriais vividos pelos quilombolas. Em 1964, é criado o município de Pinhão-PR, que se emancipa de Guarapuava-PR, tendo como principal atividade econômica a extração de madeira e posteriormente a produção agrícola moderna. As terras da antiga fazenda fundão na década de noventa passam a ser objeto de reivindicação do grupo quilombola Invernada Paiol de Telhas, que desde aquela época pedem sua desapropriação. No entanto, tais terras, de propriedade da Cooperativa Agrária, passaram a compor o território do Município de Reserva do Iguaçu-PR, desmembrado de Pinhão-PR em 1995. Neste cenário de criação municipal, aparecem como principais requerentes das emancipações os promotores da modernização agrícola, que representam hoje importante poder econômico e políticos nestes municípios e em sua região, o que, ao que nos parece, indica um aprofundamento do problema territorial vivido pelo quilombo.

Considerações Finais

Diante da invisibilidade criada pelos vetores de modernização, responsável por uma verdadeira vida de relações, os quilombolas recriam práticas e lutam pela conquista de direitos efetivos. Esse *empoderamento* criado pelas lutas e enfrentamentos políticos são ampliados pela visibilidade dada pela sua organização social, é neste sentido que a criação ou recriação da história do grupo serve como instrumento de consciência dos desafios a serem enfrentados por seus integrantes, lhes conferindo ainda uma identidade, uma referência perante a sociedade envolvente. Efetivamente entram em conflito distintos projetos de futuro quando observada as intencionalidades a mover as ações dos agentes da modernização agrícola, comparados ao grupo quilombola. A luta pela desapropriação, em certo sentido, passa pela reflexão do valor social da terra. Como *valor de troca* a terra (como propriedade) é desprendida de sua história pretérita, torna-se *terra alisada*, um instrumento a serviço da produção capitalista. É recriado o sentido da cultura, apagando, colocando na invisibilidade grupos sociais inteiros, exemplificados nos expropriados moradores da antiga fazenda fundão. Como *valor de uso*, ancora-se nas trajetórias dos grupos, entre eles o quilombola, servindo de meio ao

reconhecimento e valorização histórica, como garantia da dignidade. No entanto, visto o grupo quilombola, eles ainda ressentem a dificuldade em alcançar seus objetivos, exemplificada na morosidade em se resolver o litígio pela terra da antiga fazenda fundão. Em suma, demonstra sua trajetória histórica, as agruras vividas ainda hoje pela população negra no estado paranaense, ilustrando como os mais pobres se organizam para enfrentar politicamente adversidades históricas.

Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Os Quilombos e as Novas Etnias. *Revista Palmares,* Brasília, n. 5, 2000.

ARRUTI, José Maurício Andion. A Emergência dos 'Remanescentes': Notas para um Diálogo entre Indígenas e Quilombolas. *Revista Mana,* Rio de Janeiro, n. 3/2, p. 7-38, out. 1997.

GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. *Trajetória socioambiental de Guarapuava:* leituras da paisagem. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

OLINTO, Beatriz Anselmo; STEIN, Marcos Nestor. As propriedades da diferença: nacionais, colonos e grileiros. In: MOTTA, Márcia Mendes; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de. *História agrária:* propriedade e conflito. Guarapuava: Unicentro, 2009.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão.* São Paulo: NOBEL, 1987.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, María Laura. *Território, globalização e fragmentação.* São Paulo: Hucitec. 1994.

_____. *A natureza do espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma Geografia nova.* 4. ed. São Paulo: Hucitec. 1996 [1978].

_____. *Metamorfoses do espaço habitado.* 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Técnica, espaço e tempo:* globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: SANTOS, Milton. *Economia espacial:* críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2003 [1979].

SCHMIDT, Lisandro Pezzi. *A (re)produção de um espaço desigual:* poder e segregação socioespacial em Guarapuava (PR). Tese (Doutorado em Geografia) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, Clayton Luiz da. *A divisão política do território brasileiro:* os compartimentos quilombolas no Vale do Ribeira (SP). Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

_____. *Alienação do território, manipulação de fronteiras e ação de empresas reticulares.* Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, Márcia da. *Análise política do território:* poder e desenvolvimento do Centro-Sul do Paraná. Guarapuava: Unicentro, 2007.

SILVEIRA, María Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Revista Território,* ano IV, n. 6, jan./jun. 1999. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_3_silveira.pdf>.

Bibliografia destacada para o estudo dos quilombos

ABREU, Alcioly Therezinha G. A *posse e o uso da terra:* modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, Secretaria de Cultura e do Esporte, 1986.

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de; Marcondes, Gracita Gruber. *Escravidão e trabalho em Guarapuava.* Guarapuava: Universidade Estadual do Centro Oeste, 1991.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo (pesq.); CIPRIANO, André (fot.). *Quilombolas* – Tradições e Cultura da Resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ANDRADE, Tânia (org.). *Negros do Ribeira:* reconhecimento étnico e conquista do território. 2. ed. São Paulo: ITESP: Páginas e Letras-Editora Gráfica, 2000.

CARRIL, Lourdes. *Terras de negros no Vale do Ribeira:* territorialidade e resistência. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo-USP, 1995.

CATAIA, M. Território usado e federação: novos agentes e novos pactos. VIII Encontro Nacional e I Encontro Internacional com o Pensamento de Milton Santos. *Anais...* 13 a 15 de maio de 2009 – UFRN.

_____. Uso do território e federação: novos agentes e novos lugares. Diálogos possíveis e participação política. XI Coloquio Internacional de Geocrítica: "La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación". *Anais...* Buenos Aires, 2 a 7 de maio de 2010.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A Política de Reconhecimento dos 'Remanescentes das Comunidades de Quilombos'. *Revista Horizontes Antropológicos,* Porto Alegre, ano 7, n.15, pp.209-235, jul. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v7n15/v7n15a09.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. Ainda sobre os quilombos. In: REIS, Elisa *et alii*. *Política e Cultura:* visões do passado e perspctivas comtemporâneas. São Paulo: ANPOCS/Hucitec, 1996.

GOMES, Miriam Victoria. Presencia negroafricana en la Argentina: pasado y permanencia. In: *Historia Integral Argentina,* Tomo V, De la Independencia a la Anarquía. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1970.

HOFFMANN, Odile. La titulación de territórios colectivos de las comunidades negras em Colombia, entre innovaciones y contradiciones. In: ASSIES, Willem *et alli* (orgs.). *El reto de la diversidade.* Pueblos indígenas y reforma del Estado em America Latina. Zamora Michoacán, 1999.

_____. La mobilización identitária y el recurso de la memoria (Nariño, Pacífico colombiano). In: GNECCO, Cristóbal; ZAMBRANO, Marta (orgs.). *Memórias hegemónicas, memórias disidentes* – el pasado como politica de la historia. Instituto Colombiano de Antropologia e Historia, Universidade Del Cauca, 2000.

_____ . *Communautés noires Du Pacifique colombien.* Innovations et dynamiques ethniques. Paris: Karthala, 2004.

IANNI, Octávio. *Capitalismo, violência e terrorismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. Enigmas do pensamento latino-americano. *IEA-USP. Artigos,* América Latina, sd. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/iannienigmas.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2010.

IZIDORO, Heitor Francisco. *História de Guarapuava.* Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1971.

JÚNIOR, Jackson Gomes *et alli* (orgs.). *Paraná Negro;* fotografia e pesquisa histórica: Grupo Clóvis Moura. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008.

LACLAU, Ernesto. Universalismo, particularismo e a questão da identidade. *Revista Novos Rumos,* São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira, n. 21, 1993.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. *Revista Etnográfica,* Lisboa/Portugual, v. VI (2), p. 333-354, 2000. Disponível em: <http://www.nead.org.br/artigodomes/imprime.php?id=21>.

_____. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Revista Estudos feministas*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, set./dez. 2008, p. 1-13.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência:* a questão política no campo. São Paulo: Hucitec., 1980.

_____. *A chegada do estranho.* São Paulo: Hucitec, 1993.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). *Formas de resistência camponesa:* visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 1: concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos:* identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. *TOMO,* São Cristóvão, n. 11, jul./dez. 2007, p. 43-58.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social.* São Paulo: Pioneira, 1976.

PORTELLA, Alecxandra Vanessa. *Campina dos Morenos:* um quilombo preservado. Edição Própria, 2001.

PRICE, Richard. *Maroon societies:* Rebel slave communities in the Americas. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

_____. Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações. *Afro-Ásia,* n. 23, Universidade Federal da Bahia, 2000.

Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010. Curitiba: GTCM, 2010.

QUEIROZ, Renato. *Caipiras negros do Vale do Ribeira.* São Paulo: Edusp, 2006 [1983].

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. O Decreto nº 4.887/2003 e a regulamentação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos. *Revista Jurídica Virtual*, Brasília, Presidência da República, v. 6, n. 68, 2005.

SANTOS, Alexandra; DOULA, Sheila Maria. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista. *Revista Extensão Rural,* DEAER/PGExR – CCR – UFSM, ano XV, n. 16, jul./dez. 2008.

SCHIMTT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano V, n. 10, 1º. semestre, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2009.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo; RICK, Aline Tiana; MINELLO, Carla Pereira. *Parecer independente sobre o licenciamento ambiental do projeto da Hidrelétrica Tijuco Alto, no rio Ribeira do Iguape (Paraná - São Paulo) e sobre seus riscos para o povo e sua região.* Elaborado para o Instituto Sócio Ambiental, São Paulo, 28 de março de 2007. Disponível em: <http://www.fem.unicamp.br/~seva/parecerSEVA_HTA_28mar07.pdf>.

SILVA, Clayton Luiz da; ISOLDI, Isabel. O espaço territorial como referência para a construção da cidadania: uma reflexão geográfica introdutória sobre o problema das demarcações de terras de populações "remanescentes". *Revista Eletrônica Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 3, n. 6, 2009.

SILVA, Dimas Salustiano da. Apontamentos para compreender a origem e propostas de regulamentação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988. In: Regulamentação de terras de negros no Brasil. *Boletim Informativo do Núcleo de Estudos Sobre Identidade e Relações Interétnicas*, v. I, n. I, 1997.

SUNDFELD, Carlos Ari (coord.). *O direito à terra das comunidades quilombolas.* São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público, 2002.

Sobre os autores

Clayton Luiz da Silva: Graduado em Geografia, com mestrado e doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente leciona na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro/Cedeteg).

* * *

ABSTRACT

The struggle for quilombolas' rights in Paraná state – Brazil

Nowadays, the quilombos can show very well how the construction of modernity on the Brazilian territory implies profound social-territorial conflicts. Although the key variables that move capitalist modernization have specificities in different places, we notice one thing in common, which specifically refers to the deepening of regional and intra-regional inequalities. The current process of modernization of South-Central Paraná has agricultural modernization as their key variable, and as a corollary the deepening of social inequality. We seek to contextualize the conflict experienced by the Quilombo Invernada Paiol de Telhas, which exemplifies how the subordinate social groups are undermined by modernization imposed by economic globalization. This article aims to develop a scheme of analysis to understand how the modernization of the territory reverberates corporate interests in the places, that are articulated with those of local and regional economic elites, eventually imposing a *hegemonic spatial order*.

KEYWORDS: quilombo, citizenship, social-territorial conflicts, Paraná, subalterns, modernization of the territory.

RESUMEN

Compartimientos quilombolas y la lucha por derechos en el estado de Paraná – Brasil

Hoy, los quilombos ilustran muy bien como la construcción de la modernidad en el territorio brasileño implica profundos conflictos socio-territoriales. Aunque las variables-clave para mover la modernización capitalista ganan especificidades en diferentes lugares, observamos una cosa en común, que se refiere especificamente a la profundización de las desigualdades regionales e intrarregionales. El actual proceso de modernización del centro-sur de Paraná, cuya variable-clave es la modernización agrícola, tiene como corolario la profundización de la desigualdad social. Este artículo trata de contextualizar el conflicto experimentado por el quilombo Invernada Paiol de Telhas, ejemplo de los grupos sociales subordinados que se ven socavados por la modernización impuesta por la globalización económica. Nuestro trabajo consistió en desarrollar un esquema de análisis para entender cómo la modernización del territorio reverbera en los lugares intereses corporativos que se articulan con aquellos de las élites económicas locales y regionales, llevando a una *orden espacial hegemónica*.

PALABRAS CLAVE: quilombo, ciudadanía, conflictos socioterritoriales, Paraná, subalternos, modernización del territorio.

BCG: http://agbcampinas.com.br/bcg